T21 na primeira etapa da educação básica.

Antes de falar sobre educação infantil é preciso refletir historicamente sobre como o direito à educação era negado ao não considerarem a criança como sujeito de direitos. Nos dias atuais, a compreensão e ressignificação da criança como sujeito social e histórico têm influenciado para que a educação infantil assuma, no contexto brasileiro, a condição de primeira etapa da educação básica.

A Educação Infantil é extremamente relevante para o desenvolvimento de qualquer indivíduo. Os estímulos que uma criança recebe nos primeiros anos de vida estão intrinsecamente ligados à sua trajetória escolar e no seu desenvolvimento futuro. A entrada da criança com síndrome de Down ou portadoras de outras necessidades especiais na educação infantil costuma trazer resultados benéficos, sobretudo se a instituição está preparada para promover a inclusão.

No que se refere à inclusão da criança com síndrome de Down no âmbito escolar, compreende-se que esse ainda é um processo muito lento e hodierno, entretanto, cabe destacar que a legislação brasileira (BRASIL, 1996; 2008; 2014) estabelece que a inclusão escolar deve ocorrer desde a educação infantil, relativamente ao público-alvo que concerne a educação especial.

De acordo com a autora Maria Antonieta Voivodic, em sua obra A Inclusão Escolar de Crianças Com Síndrome De Down (2007), os sujeitos com síndrome de Down (SD) têm como uma de suas características, a deficiência intelectual, o que, segundo a autora, demonstra a importância da sua educação e a complexidade desta, que por sua vez, não é algo impossível. Pois, segundo Vygotsky, psicólogo e pensador, “o indivíduo não deve ser compreendido como algo insuficiente, mas como uma constante interação entre o organismo e o meio’’.

O objetivo da inclusão é reconhecer o que difere e valorizar o diferente, sendo a diversidade estado humano propicio ao aprendizado. Diante disto, quando se pensa em inclusão no âmbito educacional, demanda ter como prioridade os alunos especiais, buscando alternativas sobre como podemos garantir a eles, uma educação que lhes permita aprender e se desenvolver moralmente e socialmente.

A partir dessas ideias, infere a educação especial num panorama inclusivo em consonância à educação infantil, primeira etapa da educação, como modo de reconhecer que todos os sujeitos, enquanto ser em formação, independentemente da idade ou condição biológica, são sujeitos de direitos capazes de se desenvolver em vários aspectos que diz respeito a civilização.

A ORIGEM DA T21, SINDROME DE DOWN

A síndrome de Down, também conhecida como Trissomia do cromossomo 21, pode ser definida como uma desordem genética, resultado de uma alteração genética numérica. Essa condição genética é causada pela presença de três cromossomos 21 nas células de indivíduos, em vez de dois.

Em 1866, o médico britânico John Langdon Haydon Down observou que algumas crianças tinham características físicas semelhantes ao povo da Mongólia, mesmo estas sendo filhas de pais europeus. Dessa forma, pessoas com T21 (Trissomia do cromossomo 21) eram chamadas de mongóis ou mongoloides. Porém, somente em 1958, o Dr. Lejeune, médico francês, descobriu que as pessoas descritas pelo médico britânico Dr. Down, tinham uma síndrome genética, decorrente a isso, veio a pauta como Síndrome de Down.

A síndrome de down é a alteração genética mais comum que existe, sendo a raça, religião ou condição econômica capaz de impedir a ocorrência desta, segundo dados do Centers of Disease Control and Prevention (Centro de Controle e Prevenção de Doenças): o número é de uma criança com SD a cada 700 nascimentos.

OBSTÁCULOS PARA T21

Para qualquer criança, independentemente de sua fisiologia, é mais complexo se desenvolver cognitivamente até serem capazes de se comportar e interagir com os outros de uma maneira moral e social e de responder apropriadamente ao contexto imediato. Para Góes (2002), a criança é desde o nascimento um ser social, singular e após sua universalização entende-se como ser social na coletividade. Dessa forma, fica evidente o essencial e importante papel que a educação formal tem, para que o sujeito se aproprie e desenvolva tais funções.

Os desafios que aparecem durante o desenvolvimento são comuns a qualquer criança. Mas no caso das crianças T21, o nome Down não ajuda, já que Down em inglês significa “para baixo”, tais características precisam ser observadas, porém não são obstantes para que esses sujeitos sejam vistos como membros ativos da sociedade, que produzem e possuem história e cultura. Isto é, as características biológicas não podem determinar as características sociais. Logo, para que haja a inclusão de pessoas com deficiência, mudanças ainda que pequenas, devem partir de cada um como um todo. E para o grupo T21 isso é valioso, assim como foi cair no desuso o termo mongoloide. Para tanto, além de uma clínica de reabilitação infantil, a informação acerca da Síndrome pode ser dirigida à população planetária, assim como tendências que visam garantir o pleno desenvolvimento e uma educação e sociedade inclusiva.

Nesse contexto, a inserção da criança a despeito de suas características, em relação ao mundo de maneira social, histórico e cultural faz com que, desde que se aproprie de ferramentas adequadas, passa a se apropriar das características tipicamente humanas, consideradas morais e aceitáveis aos olhos da sociedade, em decorrer do seu desenvolvimento.

No que tange à presença da criança com deficiência na educação infantil, pode-se salientar que essa compleição é de extrema importância para o desenvolvimento da alteridade nos indivíduos, uma vez que eles se tornam mais empáticos na medida em que se apropriam das características tipicamente humanas no contato direto com os outros seres de sua espécie, isto significa, através dos outros constituímo-nos ininterruptamente.

A vista disso, realça-se que a educação infantil precisa ser em um ambiente rico de experiências sociais, culturais, intelectuais, físicas, motoras, psicológicas, onde a criança consiga entrar em contato dentre outras que possibilitem essa inserção irrestrita no mundo, pois desde as primeiras semanas de vida desta, as ações externas dos demais vão sendo interiorizadas pela mesma e vão se tornando ações internas.

Portanto, a perspectiva da educação inclusiva é pensar na escola como um ambiente que compreende e reconhece as diferenças entre cada criança e que essas distinções sejam mola propulsora para novas ações que tem como objetivo fazer com que esses sujeitos participem de modo global e irrestrito do cotidiano escolar, bem como que se tornem cidadãos de iguais direitos.

1-JANE GOMES DE CASTRO: Graduada em Ciência Biológicas; Especialista em Eco Turismo e Educação Ambiental; Professora na Rede Municipal de Ensino Público na cidade de Rondonópolis.

2-ADRIANA PERES DE BARROS: Graduada em pedagogia: Especialista em Educação Infantil e Psicopedagogia; Professora na Rede Pública de Ensino na cidade de Rondonópolis.

3- GEAN KARLA DIAS PIMENTEL: Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue e Pedagogia: Pós Graduação em Psicopedagogia. Professora na Rede Municipal de Ensino Público na cidade de Rondonópolis.